

CRIAR MUNDOS  
DE IGUALDADE  
AGIR E CONVERGIR  
PARA MUDAR



REVISTA  
1





# Ficha técnica

Coordenação e organização de textos  
Equipa do Projeto: Joana Sofio e  
Susana Pires

Projeto gráfico  
Diana Marta

Impressão  
Regiset, S.A.

Tiragem  
200 exs

# Índice

4. Editorial
6. Notícias do Projeto
10. ***Com criatividade e reflexão - quebrar o cerco da re-vitimização***|Regina Marques
12. Informações, dados estatísticas sobre violência doméstica
14. Inês Zuber - “Igualdade entre mulheres e homens na União Europeia - 2012”
16. Exposição ***Sonos falados***
22. ***(Des)Culpa? Culpa (des)igual!***  
Robertina Pinela
25. Ações de sensibilização
26. ***O Agir local sobre um problema global***  
Dália Costa
29. Mutilação genital feminina: uma violência entre tantas sobre as mulheres
30. Contactos úteis
31. O Movimento Democrático de Mulheres

---

# editorial

---

**N**os últimos tempos deixou de ser surpresa o encontro com imagens, frases e informações relacionadas com a Violência Doméstica, Violência no Namoro e Violência de Género. Programas de televisão, campanhas publicitárias, cenas de filmes, material pedagógico têm aos poucos introduzido estes temas num ângulo de visibilidade ampliado e consciente, pondo fim ao ciclo de negligência de que foram alvo durante demasiado tempo.

A violência exercida sobre as mulheres dentro de uma relação conjugal e de namoro foi um fenómeno que permaneceu silenciado e até tolerado, mas que sempre foi uma violação grave dos direitos humanos.

Nas últimas décadas as políticas europeias e nacionais começaram a demonstrar uma maior preocupação com as questões de género e especialmente à violência exercida sobre as mulheres. Diretrizes europeias, decretos de lei e outros diplomas legais, têm vindo a ser construídos e reformulados aos poucos nesse sentido. Da mesma forma atos como a violência doméstica e o tráfico de seres humanos têm sido reenquadrados em um novo quadro jurídico e aos dias de hoje são já juridicamente considerados CRIME.

A aprovação de diretrizes da União Europeia sobre a violência contra as mulheres é um sinal claro que a luta em prol dos direitos da mulher e de uma sociedade igualitária continua a ser um assunto prioritário.

O **MDM – Movimento Democrático de Mulheres**, com mais de quarenta anos de história, tem contribuído de forma ativa para a prevenção e combate deste fenómeno social, defendendo desde a sua constituição a execução

efetiva das políticas públicas no que respeita à proteção dos direitos das mulheres e valorizando o seu estatuto e papel na sociedade.

O núcleo de Évora do **MDM** iniciou em Dezembro de 2012 o projeto **Criar Mundos De Igualdade I Agir E Convergir Para Mudar** financiado pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) e apoiado pela Comissão de Igualdade de Género (CIG) através do qual pretende intervir no combate à Violência Doméstica e de Género.

Foram realizados workshops e fóruns de discussão nas escolas e em espaços públicos, bem como diversas ações de sensibilização, com o intuito de romper silêncios no que diz respeito a temas como a violência doméstica, igualdade

de género, MGF (mutilação genital feminina) e tráfico de seres humanos, pois consideramos que a informação, reflexão e discussão são armas fundamentais no combate à erradicação dos fenómenos mencio-

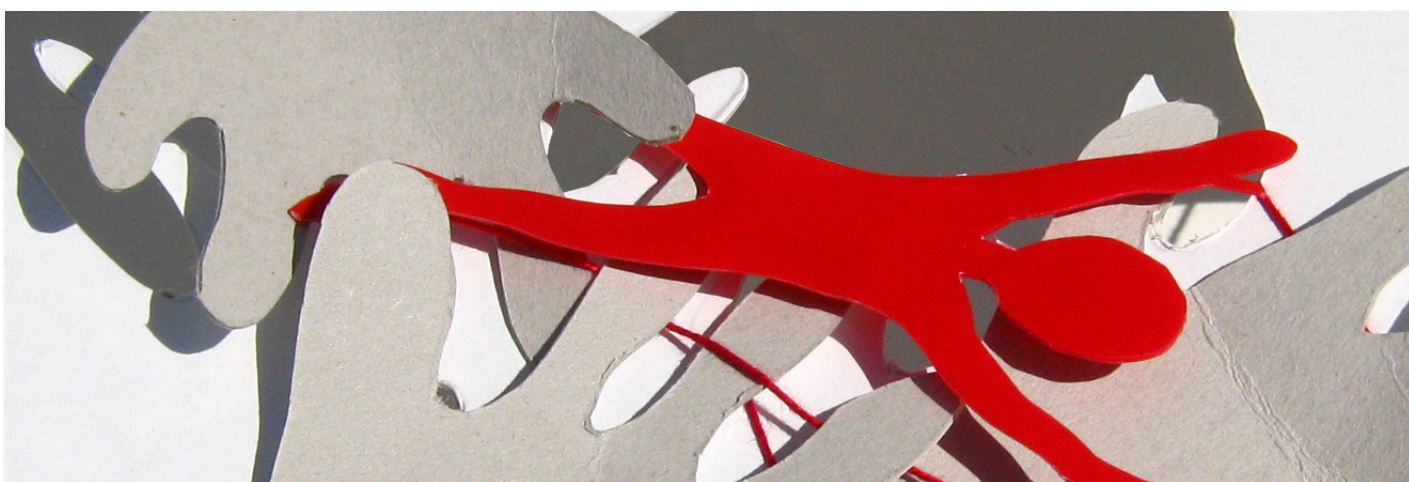
nados. A criação artística foi a proposta para a sensibilização da população e a reunião em círculos de interesse a proposta para a reflexão. O projeto deu particular atenção à comunidade escolar e às mulheres vítimas.

O presente boletim informativo tem como objetivo sintetizar conteúdos e refletir as temáticas sobre as quais o projeto se direciona, servindo assim como elemento de sensibilização junto de públicos diversos no combate contra a violência em geral e contra a as mulheres em particular.

A colaboração e a constituição de parcerias e protocolos com outras entidades ao longo deste projeto tem proporcionado criar transversalidades no trabalho de sensibilização para estas temáticas. Para além da parceria informal com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a equipa



*“A violência exercida sobre as mulheres dentro de uma relação conjugal e de namoro foi um fenómeno que permaneceu silenciado e até tolerado, mas que sempre foi uma violação grave dos direitos humanos.”*



do projeto participou na construção do Acordo De Colaboração da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, promovido pela APF – Associação para o Planeamento da Família e assinou um protocolo com o Museu de Évora, com o objetivo de aproximar a população feminina do distrito de Évora, público-alvo do projeto, ao espólio do Museu, dando-lhe uma perspetiva de género.

A complexidade dos processos de violência e de ajuda às mulheres envolvidas nestas questões remetem-nos para uma série de interrogações: As pessoas que no distrito de Évora e no Litoral alentejano passam por esse tipo de experiência conhecem os meios de ajuda que precisam obter, e onde os podem encontrar?

As políticas que estão a ser colocadas em ação estão a funcionar?

Qual o papel dos movimentos de mulheres nestas questões?

Se a violência nas relações conjugais terá início nas relações de namoro e o que podemos fazer para tentar minorar este problema?

Não existem respostas simples para nenhuma dessas perguntas. Por outro lado, todas elas nos colocam diante de responsabilidade de refletir e de buscar caminhos para entender e lidar com a violência em geral, e, no caso específico, com a violência doméstica e de género.

Acreditamos que a divulgação e a troca de informação contribuem significativamente para a reflexão consciente dos temas já referidos. É nesse contexto que surge esta publicação para a qual convidamos várias entidades e pessoas singulares a dar o seu contributo e onde nós próprias tentamos requestionar e dar ênfase aos assuntos em debate, certas de que a violência tem raízes múltiplas, que vão do pessoal ao político, e que é nessa transversalidade de mundos que poderemos agir.

# 3 seminários momentos de debate, reflexão e ação



SEMINÁRIO DE  
APRESENTAÇÃO DO PROJETO

29 Maio 2013

A 29 de maio de 2013 foi realizado, no Palácio de Manuel em Évora, o seminário de apresentação do projeto **Criar Mundos de Igualdade | Agir e Convergir para Mudar.**

A Violência nas relações de namoro dos adolescentes foi o tema abordado pela Dr.<sup>a</sup> Otilia Roque, Psicóloga Educacional. A Dr.<sup>a</sup> Augusta Barbosa, Psicóloga da Casa de Abrigo do Lar de Santa Helena, falou sobre o papel das casas de abrigo no apoio à vítima de violência e no acompanhamento do processo da sua autonomização. A sessão contou ainda com a participação da senhora Vereadora Cláudia Pereira, ex vice-presidente da Câmara Municipal de Évora, e foi moderada por Regina Marques, membro da Direção do MDM.



SEMINÁRIO CRIAR  
MUNDOS DE IGUALDADE

5 Fevereiro 2014

Este seminário decorreu em Grândola e contou com a intervenção de Joana Sofio, coordenadora do projeto que apresentou os objetivos e metodologias do projeto, e de Carina Baptista, vereadora na Câmara Municipal de Grândola, que expôs as actividades desenvolvidas pelo Município em prol da igualdade de género e de combate à violência doméstica. O segundo painel, moderado por Diana Marta membro da direção do MDM, contou com as comunicações de: 2<sup>o</sup> Sargento Pereira - GNR (NIAVE Setúbal) "Proteção às Vítimas de Violência Doméstica no Distrito de Setúbal"; Robertina Pinela - Chefe da Divisão de Educação Ação Social e Saúde (CMSC) - "(DES)culpa?-Culpa(DES) igual!", Gracinda Luz da Associação Caboverdiana de

Sines e Santiago do Cacém com a comunicação "Mulher imigrante na sociedade de acolhimento" e ainda Sandra Benfica do Projecto MDM - Tráfico de mulheres - Romper Silêncios com uma intervenção sobre o "Tráfico de Mulheres para exploração sexual e laboral."



SEMINÁRIO VIOLÊNCIA(S):  
CASA, CORPO E COMUNIDADE

27 Maio 2014

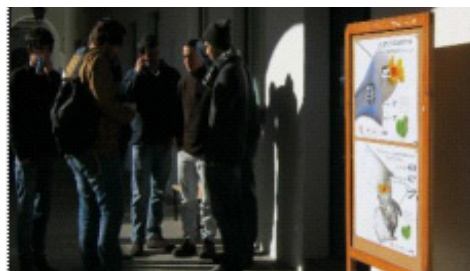
Este seminário realiza-se na Universidade de Évora e contará com a presença de Robertina Pinela (Chefe da Divisão de Educação Ação Social e Saúde (CMSC), Felícia Tavares Pinheiro (Professora-Adjunta Univ. de Évora - Escola Superior de Enfermagem), Dália Costa (Professora Auxiliar I.S.C.S.P. da Univ. de Lisboa. Para além das intervenções e do fórum de discussão entre entidades sobre a temática da violência doméstica, far-se-á também a apresentação de resultados deste projeto.



25  
novembro

## Dia Internacional para a Erradicação de Todas as Formas de Violência sobre as Mulheres

A equipa do projeto esteve durante a manhã de dia 25 de novembro em diversos espaços do Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora a realizar uma ação de sensibilização Contra a violência doméstica. Como já havia acontecido anteriormente as imagens apresentadas dão protagonismo a utilizações subtilmente violentas de objetos ligados ao espaço doméstico e são apresentadas juntamente com dados relativos aos crimes ocorridos na esfera da vida privada. Simultaneamente a equipa do projeto dinamizou uma campanha de sensibilização online.



10  
dezembro

## Dia Internacional dos Direitos Humanos

No Dia Internacional dos Direitos Humanos a equipa do projeto Criar Mundos De Igualdade | Agir E Convergir Para Mudar esteve presente na Biblioteca da Escola Secundária de Vendas Novas onde assinalou a data com uma ação de sensibilização e um construtivo diálogo com os/as alunos/as presentes, assente sobre as questões da Igualdade de Género.



março  
8

## Dia Internacional da Mulher



Para assinalar o Dia Internacional Da Mulher o MDM dinamizou inúmeras iniciativas a nível nacional. Na cidade de Évora o MDM e o projeto **Criar Mundos De Igualdade | Agir E Convergir Para Mudar** promoveram a exposição **Sonos Falados** que convocou como intervenientes de um projeto artístico de carácter colaborativo 104 mulheres de setores profissionais distintos.

abril  
7

## Dia Mundial da Saúde

Numa campanha online, dirigida à comunidade em geral e aos profissionais de saúde em particular, sugeriu-se um olhar mais atento dos/as profissionais de saúde para a relação da saúde com a violência doméstica, dirigida a três segmentos da população feminina mais vulnerável que carecem de uma observação especial: as mulheres grávidas, as idosas e as imigrantes.

# notícias do projeto exposição

## Comemorar Abril - 40 anos de Democracia



**ABRIL - 40 ANOS. ITINERÁRIOS DE CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES** é o título da exposição alusiva às conquistas e direitos das mulheres conseguidos com a Revolução de Abril. Com pequenos textos baseados em factos históricos e imagens com referências a várias mulheres e ações coletivas de mulheres entre as décadas de 30 e 70 e o pós-25 de Abril cuja conceção gráfica e enquadramento teórico foi desenvolvida pelo MDM. Esta exposição tem percorrido várias cidades do país e estará patente em Évora na Feira de S.João de 2014.



Ainda no contexto específico da participação do MDM (núcleo de Évora) nas comemorações dos 40 anos do 25 de abril destacamos a intervenção da Dr.<sup>a</sup> Jesuína Pereira na Sessão Solene das Comemorações do 25 de abril Assembleia Municipal de Vila Viçosa como representante do MDM.



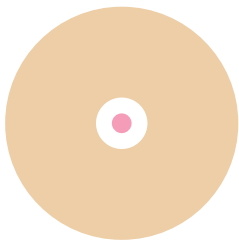
Os núcleos do MDM de Évora e Santiago do Cacém e a equipa do projeto, promoveram no passado dia 26 de abril um Círculo de interesse sobre os direitos conquistados pelas mulheres com a Revolução de 1974. Após uma breve e interessante visita ao Centro Interpretativo de Miróbriga, orientada por José Matias, a quem muito agradecemos, iniciámos um círculo de conversas, informal onde os presentes partilharam as suas experiências e opiniões sobre a situação que se vivia antes do 25 de abril de 1974 e as dificuldades atuais sentidas pelas mulheres.





## Redes, parcerias, protocolos e trabalho colaborativo com outras instituições

A colaboração e a constituição de parcerias e protocolos com outras entidades ao longo deste projeto tem proporcionado criar transversalidades no trabalho de sensibilização para estas temáticas. Para além da parceria informal com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a equipa do projeto participou na construção do Acordo De Colaboração da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, promovido pela APF – Associação para o Planeamento da Família e assinou um protocolo com a Delegação Regional de Cultura do Alentejo.



### Círculos de Interesse sobre Cancro da Mama

Com a colaboração das voluntárias do Movimento Vencer e Viver e da Liga Portuguesa Contra o Cancro, promovemos círculos de interesse relacionados com a saúde sexual e reprodutiva da mulher em algumas juntas de freguesia do concelho de Évora e em centros de acolhimento para vítimas de violência doméstica. Estes círculos foram momentos de diálogo e discussão muito enriquecedores. Permitiram para além da troca de experiências e informações entre técnicas, utentes e voluntárias, ilustrar através dos testemunhos dos momentos de luta contra o cancro, que é possível vir a viver com qualidade após o confronto com momentos de medo, depressão e por vezes de falta de confiança no futuro.



### Assinatura do acordo de colaboração

No dia 13 de Dezembro de 2013, o MDM, representado pela dirigente nacional Vitalina Sofio, esteve presente na cerimónia e assinou o Acordo de Colaboração referente à constituição da Rede Regional do Alentejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos. Esta iniciativa foi conduzida pelo projeto SOS TSH desenvolvido pela Associação para o Planeamento da Família (APF) - Delegação Regional do Alentejo.

### Assinatura do protocolo de colaboração

Assinou-se no passado dia 17 de fevereiro um protocolo de colaboração entre Direção Regional de Cultura do Alentejo, (Museu de Évora) e o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) com no âmbito do apoio destinado as mulheres de diferentes meios e idades: jovens, idosas, desempregadas, ou vítimas de violência doméstica, sensibilizando-as pela arte, para a temática da igualdade de género.

# Com criatividade e reflexão quebrar o cerco da re-vitimização

# A

A violência doméstica, que atinge especialmente as mulheres, constitui uma violação dos direitos humanos e exige uma intervenção concertada e permanente por parte dos vários organismos do Estado e das instituições que actuam nesta área, reconhecida hoje como crime público. Uma organização como o MDM tem um papel que não é comparável ao das instituições públicas ou privadas com responsabilidades na assistência e tratamento do crime enquanto tal.

As associações de apoio social e moral às vítimas têm aumentado, constituindo hoje um sinal positivo da consciência colectiva das comunidades relativamente à necessidade de combate a este flagelo. Da mesma maneira, cresce a sensibilidade de que a violência doméstica, tem vários precedentes, que se esboçam mesmo em fase de namoro e nas relações sociais e assimétricas de género. Ou seja, a violência aparece como relação de supremacia e desrespeito de um pelo outro, surgindo as mulheres, as idosas, as imigrantes, as pessoas com orientação sexual diferente, como as mais sacrificadas e ofendidas, na sua integridade física, psicológica ou moral.

É porém, ao nível do atendimento e apoio continuado a mulheres vítimas de violência doméstica, que se constata muitos constrangimentos legais e outros, que entravam a resolução da gravíssima situação que é vivida por estas mulheres. Como se diz muitas vezes, continua a existir

enorme distância entre as palavras ditas e escritas e a realidade crua da vida. Ou entre a lei e a vida.

Ainda persistem muitas lacunas, nomeadamente no acesso a apoio judiciário face à urgência na intervenção. São lacunas relacionadas com o suporte financeiro da vítima, com o tempo de espera da Segurança Social, entidade responsável pela concessão de vários apoios. Mas também, e fundamentalmente relacionadas com a inserção social e no emprego. A formação profissional com vista a uma reabilitação de capacidades e descoberta de potencialidades é um elemento que pode gerar nas mulheres, sentimentos de confiança, autoestima e reconhecimento, mas não é o único. A fragilidade e vulnerabilidade da situação de cada uma das mulheres e do próprio ambiente que as rodeia, exige acções conectadas e múltiplas, não sendo indiferente para a solução o estatuto social e financeiro de cada uma das pessoas envolvidas.

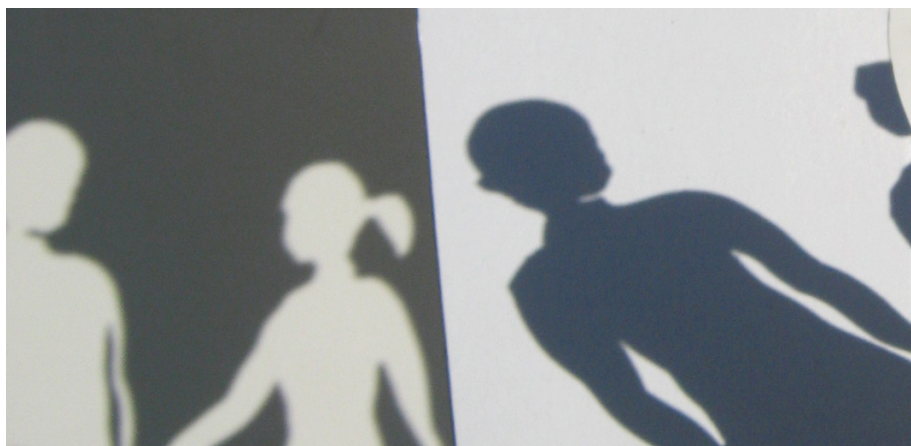
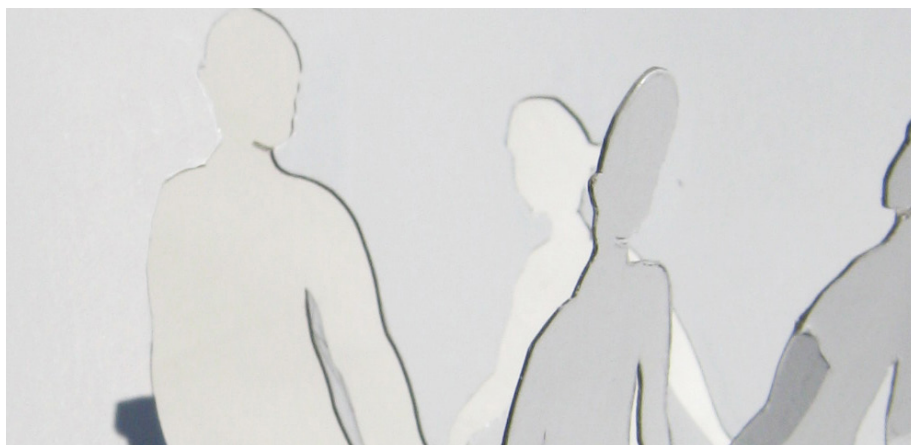
Os Planos Nacionais Contra A Violência Doméstica têm vindo a implementar um conjunto de medidas de apoio às vítimas de violência a fim de concretizar o estipulado na lei 112/2009 da Assembleia da República. Uma avaliação intermédia feita ao actual IV Plano, que começou em 2011 e termina em 2013, considera que os projectos das ONG's financiados pelo POPH são uma mais-valia para a efetiva execução desse Plano durante o ano de 2013. Espera-se que a degradação



Regina Marques\*

*“Como se diz muitas vezes, continua a existir enorme distância entre as palavras ditas e escritas e a realidade crua da vida. Ou entre a lei e a vida.”*

*“Nos comportamentos violentos há sempre algo da personalidade que se estilhaça mas que, pela criatividade pode ser restaurado, algo que se perde mas pode ser re-composto com imaginação, algo que se apaga mas pode ser re-criado pela palavra reparadora e pela acção criativa e transformadora.”*



social e económica das famílias e o seu generalizado empobrecimento, não aumente a penalização das mulheres, não aumente sobretudo a penalização daquelas que, nas palavras de Maria Lamas são “as vítimas milenares de sacrifícios milenares”.

Nos comportamentos violentos há sempre algo da personalidade que se estilhaça mas que, pela criatividade pode ser restaurado, algo que se perde mas pode ser re-composto com imaginação, algo que se apaga mas pode ser re-criado pela palavra reparadora e pela acção criativa e transformadora. Nesta mesma linha, cremos que através da sensibilização das próprias vítimas e das instituições sobre os direitos e causas deste enorme problema, se acrescenta uma dimensão que pode ser um traço diferenciador que devemos assumir. A reflexão para a igualdade de direitos e de combate às discriminações, aliada à descoberta pessoal do valor de cada um/ uma, é mesmo um bom contributo para que as vítimas rompam o cerco da revitimização.

\*  
Professora Universitária  
Membro da direcção Nacional do MDM



# Há mais situações de Violência Doméstica participadas às forças de segurança em 2013

## A situação agravou-se.

*Em 2013, foram registadas, em Portugal, 17.384 denúncias de violência doméstica, mais 414 face ao ano anterior.*

*Dados Associação de Apoio à Vítima (APAV)*

*A maioria dos casos de violência doméstica e de abuso sexual não é denunciada, o que dificulta a sua verdadeira avaliação. Cerca de 20 a 25% das mulheres na Europa foram vítimas de atos de violência física, pelo menos, uma vez durante a vida adulta e mais de 10 % sofreram violência sexual com recurso à força.*

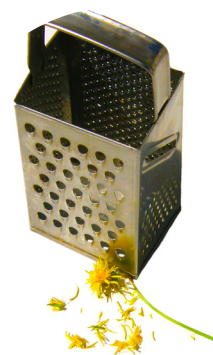
*A percentagem de mulheres que sofreram alguma forma de violência ascende a 45%. Estima-se que 12 a 15% das mulheres na Europa sejam vítimas de violência doméstica e que todos os dias morram sete mulheres na União Europeia vítimas destes atos (PE 504.467).*

*Números do Relatório da deputada búlgara Antonya Parvanova (aprovado na Comissão dos direitos da mulher do PE em 9 de Janeiro de 2014)*

*Durante o ano de 2013, deram entrada na Comissão de Proteção às Vítimas de Crime 135 novos processos de violência doméstica.*

*A violência doméstica foi uma das principais causas de homicídio.*

*Dados do Ministério da Justiça*



*Uma em cada três mulheres da União Europeia (UE) foi ou será vítima de pelo menos um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico, conclui um estudo divulgado em 2014.*

*97% das vítimas de violência sexual, física ou psicológica da União Europeia são mulheres.*

*Uma em cada cinco grávidas foi violentada pelo parceiro atual.*

*Dados da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA)*



# Participações de Violência Doméstica à GNR em 2013



Crimes mais  
participados  
às Forças de Segurança  
em 2013

Apenas o “furto de oportunidade de objeto não guardado” e a “Violência doméstica contra conjugue ou análogos” (+3,1%) apresentaram subidas .

Características dos  
intervenientes  
e das Ocorrências

Em 2013 cerca de 81% das vítimas de violência doméstica foram mulheres e 86% dos denunciados (as) foram homens. (1% das vítimas possuía 25 ou mais anos, 10% possuía menos de 16 anos e cerca de 9% possuía entre 16 e 24 anos.

Concelho de Grândola: 37 participações

Concelho de Santiago do Cacém: 57 participações  
(inclui os números do Concelho de Sines)

Número de ocorrências de Violência Doméstica  
participadas às Forças de Segurança –GNR e PSP  
(Relatório de Segurança Interno de 2013)

Total Nacional: 27,318. Verificaram-se mais 640 participações o que correspondeu a um aumento de 2,4% relativamente a 2012. Neste contexto assinalaram-se 40 homicídios conjugais/passionais, dos quais 30 foram mulheres.

Distrito/Comando: Évora em 2012 foram 427 e em 2013 foram 376. Verificou-se uma taxa de variação negativa com -11,9% de queixas.

Distrito/Comando: Setúbal em 2012 foram 2261 e em 2013 foram 2380. Verificou-se uma taxa de variação positiva com +5,2 % de queixas.

## Em 2013:

32% das Ocorrências sucederam-se ao fim de semana

44% das ocorrências registaram-se entre as 19h00 e as 24h00

Em 77% das ocorrências a intervenção policial surgiu na sequência de um pedido da vítima

Em 9% das ocorrências a intervenção policial surgiu na sequência de informações de familiares e vizinhos

Em 41% das ocorrências foi sinalizada a existência de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do/a denunciado/a

Em 80% das situações foi assinalada a existência de VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Em 71% a existência de

VIOLÊNCIA FÍSICA

Em 12% a VIOLÊNCIA do tipo SOCIAL

Em 9% VIOLÊNCIA do tipo ECONÓMICO

Em 2% VIOLÊNCIA SEXUAL

# Igualdade entre mulheres e homens na União Europeia - 2012



Flickr do European United Left/Nordic Green Left (GUE/NGL) (<https://www.flickr.com/photos/guengl/>)

Inês Zuber, uma jovem deputada, natural de Évora. Em Bruxelas, no Parlamento Europeu, em defesa dos direitos das mulheres, por uma política de combate e prevenção às violências e proteção às vítimas de violência doméstica

O relatório da deputada do PCP no PE, Inês Zuber, denominado “Igualdade entre mulheres e homens na União Europeia - 2012”, aprovado na Comissão para os Direitos das mulheres, não passou por ocasião do Dia Internacional da Mulher, no Parlamento Europeu por apenas 9 votos de diferença, tendo os deputados portugueses do PSD e do CDS votado contra.

Este relatório, que se realiza anualmente no PE, e cujo objetivo é avaliar os avanços e recuos na igualdade entre homens e mulheres, denunciava as consequências das políticas de austeridade na igualdade entre homens e mulheres, em Portugal e nos vários países submetidos às políticas de submissão das troicas.

Apontava a redução da independência económica; o menor acesso a serviços públicos de saúde e de apoio à infância

e velhice; a maior precariedade laboral e desregulamentação de horários de trabalho que dificultam a conciliação entre vida familiar, privada e profissional; uma maior vulnerabilidade à violência e o aumento das disparidades salariais resultado da diminuição do número de contratos coletivos de trabalho.

Em contraponto, apresentava várias medidas tendentes a reforçar e efetivar os direitos das mulheres, entre as quais destacava:

- A necessidade de respeitar o princípio fundamental de “salário igual para trabalho igual” entre homens e mulheres;
- A promoção do direito ao trabalho com direitos, colocando as capacidades criativas e produtivas das mulheres ao serviço da sua participação em igualdade em todos os setores de atividade e do desenvolvimento económico e social;

*“O fim do trabalho precário, a proibição da contratação abusiva de jovens para postos de trabalho de natureza permanente, a eliminação das discriminações salariais directas e indirectas através do reforço da contratação colectiva, o direito das mulheres serem trabalhadoras e mães sem penalizações.”*



Flickr do European United Left/Nordic Green Left (GUE/NGL) (<https://www.flickr.com/photos/quenq/1/>)

- O fim do trabalho precário, a proibição da contratação abusiva de jovens para postos de trabalho de natureza permanente, a eliminação das discriminações salariais directas e indirectas através do reforço da contratação colectiva, o direito das mulheres serem trabalhadoras e mães sem penalizações;
- A valorização dos salários e das pensões, da garantia de uma adequada proteção social no desemprego, na doença, na maternidade-paternidade, na invalidez e velhice, o reforço da proteção social no desemprego, e da igualdade de acesso de todas as mulheres a serviços públicos de saúde, gratuitos e com qualidade, incluindo o direito à interrupção voluntária da gravidez (IVG);
- A prevenção das causas

e fatores da pobreza e da exclusão social, bem como o reforço do financiamento das organizações e instituições de apoio às mulheres vítimas de violência.

Segundo Inês Zuber, a rejeição deste relatório anual por uma escassa maioria conservadora do PE comprova que esta maioria defende e apoia o retrocesso e a retirada de direitos às mulheres, muitos dos quais conquistados após dezenas de anos de lutas protagonizadas pelas mulheres. Comprova que, a par com e a pretexto da retirada de direitos sociais e laborais, está em marcha uma agenda política conservadora e retrógrada com o objetivo de fazer recuar conquistas civilizacionais em matéria de igualdade entre homens e mulheres.

Segundo ainda a própria deputada, os deputados portugueses do PSD e do CDS, com o seu voto negativo, bem

como todo o seu grupo parlamentar no PE, negaram o direito não só à igualdade entre mulheres e homens, como o direito das mulheres a uma vida digna.

O MDM lamenta que estas medidas não tenham sido aprovadas e chama a atenção das mulheres para que no futuro, com as eleições para o Parlamento Europeu a 25 de maio, se ponha termo a esta agenda política de direita que visa de fato o retrocesso dos direitos das mulheres, direitos que são indissociáveis da qualidade de vida dos portugueses e portuguesas.

Exposição

104 vozes

104 sonhos

104 inquietações

104

104

104

104

104

104

104

104 mulheres

# SONOS FALADOS

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher de 2014, o núcleo de Évora do Movimento Democrático de Mulheres - MDM, e a equipa do projeto **Criar Mundos De Igualdade|Agir E Convergir Para Mudar** promoveram a exposição **Sonos Falados**.

Sonos Falados é o título do projeto artístico de carácter colaborativo que contou com a participação de 104 mulheres de setores profissionais distintos.

A exposição foi inaugurada no dia 8 de março de 2014 e contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr. Carlos Pinto Sá, da vice presidente da Câmara Municipal de Évora, Dr<sup>a</sup> Élia Mira e da Diretora Regional de Cultura do Alentejo, Dr<sup>a</sup> Paula Amendoeira, bem como da maioria das participantes da exposição.

A proposta consistiu em distribuir por um conjunto heterogéneo de mulheres uma pequena almofada e colocar-lhes o desafio de fazer uma intervenção plástica na

mesma (pintura, costura, colagem).

A almofada enquanto objeto é o local físico onde são depositados diariamente os sonhos, as ansiedades, os medos e as ambições que se vão encadeando diariamente.

O desafio foi assim um convite a tentar representar simbolicamente o seu depositário de sonhos e/ou medos, isto é, deixar sobre a almofada as formas que contornam algumas das suas preocupações ou sonhos.

Os resultados são surpreendentes e marcados pela heterogeneidade quer de técnicas quer da forma como a proposta foi interpretada por cada uma das intervenientes.

São 104 vozes, 104 sonhos, 104 inquietações em tom de memória, metáfora ou reivindicação.

A exposição irá voltar à cidade de Évora em junho de 2014, nas sedes da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras e seguirá uma itinerância por Montemor-o-Novo, Grândola, Setúbal e Aveiro.





Fotos inauguração exposição: Museu de Évora



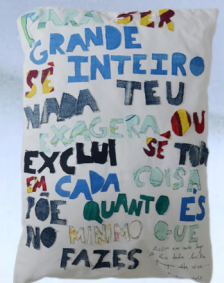
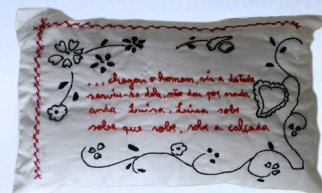
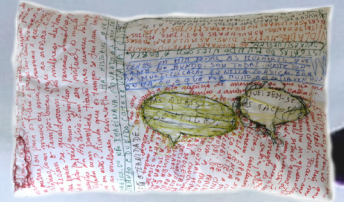
Fotos inauguração exposição: Museu de Évora



Fotos inauguração exposição: Museu de Évora



Fotos inauguração exposição: Museu de Évora



# 104 MULHERES



# 104 DEPOSITÁRIOS DE SONHOS





# SONOS FALADOS

## Participantes

Adelaide Martins\*Alice Barreiros\*Ana Beatriz Cardoso\*Ana Oliveira\*Ângela Martinho\*Ângela Sabino\*Antónia Martins\*Armanda Carvalho\*Augusta Alice Barbosa\*Aurora Rodrigues\*Camila Malhadais\*Cândida Lucas\*Carina Batista\*Catarina Cabral\*Cátia Gouveia\*Carla Dias\*Carolina Páscoa\*Celeste Leirias\* Célia Champlon\*Cipriana Brites\*Constantina Piteira\*Cristina Freitas\*Cristina Santos\*Diana Marta\*Eduarda Pé-Curto\* Élia Mira\*Ermelinda Simões\* Etelvina Santos\*Elsa Machado\*Eulália Miranda\* Eva Pisa\*Fátima Amaral\*Fátima Luzia\*Fernanda Baptista\*Fernanda Luis\*Glória Cabral\*Gracinda Luz\*Hermínia Santos\* Hortênsia Menino\*Idalina Charraz\*Irmãs Adoradoras\*Isabel Gaspar\*Isabel Leal\*Isabel V.Freire\*Isaura Serra\*Isilda Roque\*Gertrudes Pastor\*Graça Nunes\*Jesuína Pedreira\*Joana Antunes\*Joana Gancho\*Joana Sofio\*Josélia Oliveira\*Judite Pereira\*Licínia Chumbinho\*Lilian Asenjo\*Linete Gião\*Lucília do Carmo\*Manuela Oliveira\*Manuela Brejo\*Marcelina Iglésias\*Margarida Fernandes\*Margarida Lima\*Margarida Machado\*Margarida Rita\*Margarida Sim Sim\*Maria Alberto Branco\*Maria Arsénia Varela\*Maria Cristina Pavia\*Maria de Jesus Banha\*Maria do Céu Dez-Réis\*Maria Emília dos Santos\*Maria Idália\*Maria do Carmo Gonçalves\*Maria Inocência Teixeira\*Maria João Silva\*Maria Lima\*Maria Manuel Brito\* Maria Manuel Santos\*Maria Teresa Silva\*Mariana Marcelino\*Marta Figueira\*Natacha Amaro\*Nélia Branco\*Nina Pirata\*OlindaPinto\*Otília Roque\*Palmira Santos\*Paula Amendoeira\*Pilar Branco\*Prazeres Garcia\*Regina Marques\* Robertina Pinela\*Rosa Coelho\*Rute Pina\* Sandra Ferro\*Sara Cabaço\* Sandra Caeiro\*Sílvia Bailote\* Sílvia Pinto\*Silvina Miranda\*Sandra Benfica\*Susana Rosado\*Susana Picanço\* Susana Pires\*Teresa Crespo\*Teresa Ribeiro\*Vitalina Roque\*Vitória Malhadas\* Vitorina Fradinho\*Zélia Silva\*

## Agradecimentos

Associação para o Planeamento da Família - APF Alentejo; Associação CaboVerdiana de Sines e Santiago do Cacém; Câmara Municipal Arraiolos; Câmara Municipal de Évora; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo; Câmara Municipal de Grândola; Direção Regional de Cultura do Alentejo; Escola de Enfermagem São João de Deus; Grupo de Caminheiros de Évora; Junta de Freguesia de Arraiolos; Lar de Santa Helena; Movimento Vencer e Viver I Liga Portuguesa Contra o Cancro; MDM núcleo de Évora, Lisboa, Montemor-o-Novo, Grândola e Setúbal; Museu de Évora; Santa Casa da Misericórdia de Estremoz; União dos Sindicatos de Évora; União de Freguesias do Bacelo e Nossa Senhora da Saúde; União de Freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra; União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras, João Concha, João Sofio.

# (des)Culpa? Culpa (des)igual!

# C

Costumo dizer que a memória é o espaço onde arquivamos quase tudo com que construímos o futuro e se a este pressuposto acrescentar o de Ortega Y Gasset de que “o ser humano é ele e as suas circunstância” faz-me sentido trazer a este seminário a raiz/matriz a partir da qual me alicercei pessoal e profissionalmente.

Não pelo que tenha de singular, mas pelo que tem de comum a tantas Mulheres deste País, deste território (Alentejo) e deste Tempo Histórico.

Sobre as minhas avós algumas notas:

Ambas analfabetas.

Uma de nome Maria; só Maria sem direito a apelido. Como se dizia naquele tempo (1ª década do sec.xx) a mãe fora “enganada” pelo filho de um agrário que, certamente, a considerou como sua propriedade, 1º na procriação e depois na negação.

Carregaram, mãe e filha, a culpa da bastardia, culpa e vergonha. A outra, com direito nome próprio e apelido mas sem direito a existir, para além do criar os seis filhos e de trabalhar de sol a sol nos trabalhos agrícolas. À noite dentro da sua casa, isolada no meio do nada, era espancada, em silêncio. Carregando uma culpa cuja causa desconhecia. Restava-lhe pensar e acreditar que era o seu Destino. Não lhe bastava ser boa mãe, trabalhadora, saber cozer, remendar, fiar, também tinha que saber calar, esconder o seu sofrimento enquanto na taberna o marido se vangloriava da pancada que lhe infligia e da forma como

tinha pulso forte para com as filhas (proibidas de ir à escola para além da 3ª classe). Esta minha avó conheceu o 25 de Abril.

Perplexa e assustada viu-me partir para a Universidade; 1º para um País longínquo de que nunca ouvira falar e depois para Lisboa, cidade onde só foi uma vez .

Deixou-me um enorme legado de afeto, ternura e a responsabilidade de contrariar aquilo que sempre lhe disseram ser coisas do Destino, do Destino das Mulheres.

Em Abril de 74 eu tinha 11 anos. Estudava num liceu público misto, e a hipótese de não ir para a Universidade não se colocava. Para mim era dado um dado adquirido, como inadmissível era o facto de alguma vez ser discriminada pelo facto de ser mulher. Este estar e sentir tinha origem e cimentava-se na realidade/tempo histórico no qual éramos simultaneamente público e protagonistas, atores ativos, e obviamente à forma como o meu pai e a minha mãe viam e estavam no Mundo.

O Período Revolucionário foi o tempo de todos os possíveis!

No início dos anos 80 estou, no Ensino Superior, em Lisboa, num curso cuja frequência era de 99% de jovens mulheres. Quanto aos professores o universo era de aproximadamente 50/50 (homens mulheres). Confesso que na altura não dei importância a esta realidade. Devia estar convencida que esta coisa da igualdade tinha chegado Total e Plena na Madrugada de Abril! Pura ilusão!



Robertina Pinela\*

De forma consciente fiz a opção pela variante de educação e ação cultural, do curso de serviço social, por quer trabalhar com e no Poder Local, com e nas comunidades, nas suas estruturas associativas. Só com este enfoque na participação e na emancipação é que a intervenção social me fazia sentido (ainda hoje e cada vez mais).

Chego então ao trabalho com as mulheres caboverdianas na Amadora onde a partir da autarquia e com a sua associação de bairro construíram uma creche e um ATL, e desde então por entre criação de equipamentos sociais, culturais educativos, projetos de dinamização e intervenção social, procura de respostas colectivas, gestão nas áreas sociais e culturais conto com 27 anos de intenso e gratificante trabalho no serviço público de maior proximidade:

#### Poder Local Democrático.

Este Poder Local conquistado e materializado por mulheres e homens que foram determinando e construindo políticas sociais absolutamente decisivas para uma melhoria da qualidade de vida das populações e consequentemente para as mulheres. Mas enquanto crescia e alargava o âmbito de intervenção das Autarquias, corria, "ora com botas cardadas ora com pezinhos de lã" como cantava o autor o discurso e a prática da ideologia das classes dominantes.

Os anos 90 foram profícuos em eufemismos e palavras pretensamente inócuas. Anunciou-se o fim das ideologias pelos mesmos que se apropriaram de todos os Aparelhos Ideológicos do Estado (a Escola, a Igreja, os Media) que de forma absoluta dominam e os colocam ao serviço dos seus (nem sempre explícitos) interesses de classe.



É nas linhas e entrelinhas do discurso oficial e nas práticas de intervenção que lhe estão subjacentes que importa centrar parte da nossa atenção quando estamos a falar de igualdade de género e violência doméstica (tema que nos traz aqui).

Assim a primeira desconstrução do discurso vigente que faço é a de que a violência não é um fenómeno. O fenómeno está limitado no tempo e na escala. O fenómeno é conjuntural. A violência é intrínseca à sociedade capitalista. A violência sobre as mulheres é uma das variantes e variáveis desse modelo de sociedade, é portanto estrutural.

Em segundo lugar referir que quando remetemos as questões da violência para a esfera doméstica, para a esfera privada, estamos a colocar o acento tónico na relação familiar-Agressor / Vitima (como o neoliberalismo os cataloga). Tal significa, desde logo responsabilizar (diria Culpar) inteiramente os intervenientes pela situação em que se colocaram e estão. Assim meio caminho está percorrido para mitigar as causas remotas e profundas resultantes de uma sociedade profundamente desigual.

Em terceiro lugar, afirmar-se que é consensual o princípio de que "os direitos humanos das

mulheres são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos, e que a igualdade entre o homem e a mulher é uma condição de justiça social e um requisito fundamental para o desenvolvimento e a Paz, " não nos pode, por si só, descansar porquanto pode ser consensual no discurso mas as políticas económicas e sociais que nos estão a ser impostas, estão e vão em direção oposta a estes desígnios.

Afirmar que a violência doméstica sobre as mulheres é transversal a todas as classes sociais não sendo totalmente mentira esconde o seu propósito, por um lado dissociar dessa violência qualquer causa externa, por ventura determinante, como a pobreza e o seu ciclo reprodutivo, e por outro reconfortar as mulheres mais vulneráveis e pobres, porque afinal até as ricas e famosas sofrem, (diria que é uma espécie de solidariedade que minora o sofrimento, porque partilhado com outra aparentemente na mesma situação (o dinheiro não trás felicidade)!

A mediatização do dito fenómeno de violência doméstica, tende a banalizar o mesmo, porque apresentado sempre como resultado de um

*“Importa saber utilizar as ferramentas de que dispomos , para compreender a realidade e compreendendo-a empreender a mudança. Chamar as coisas pelo nome. Não ter medo das palavras. O tempo é de ação resistente, comprometida social e politicamente.”*

conflito relacional. De que são exemplo as frequentes (diárias) notícias: Mata a mulher por ciúme! Neste tipo de notícia onde está a tônica? Na aparente causa que levou ao ato e não neste em si mesmo. Mata a Mulher e o amante desta! Onde está a tônica? No amante, no adultério da mulher (que se afinal bem vistas as coisas até mereceu o castigo!) E assim se vai desculpabilizando o dito agressor e sobretudo, as causas remotas e imediatas efetivas de que ambos, homens e mulheres, são vítimas.

Sendo indiscutível que a violência doméstica saiu do silêncio das quatro paredes de casa (para ondem querem de novo remeter a mulher, esposa, mãe, avô, filha, e cuidadora);

Sendo indiscutível que já existe um conjunto de respostas à mulher vítima, não posso contudo, como mulher e como profissional de Serviço Social num município, deixar de partilhar convosco as minhas interrogações/preocupações crescentes.

A intervenção social nas autarquias está colocada perante circunstâncias e necessidades que obrigam a um redobrado esforço e a um questionamento permanente:

Conhecemos e gerimos um território concreto; constituímos uma das últimas instâncias do poder político de proximidade. Poder político de proximidade que criou um conjunto de respostas suportadas em equipamentos sociais, desportivos e culturais e em projetos de intervenção sócio educativa e de saúde facilitadores da vida das mulheres e que está hoje amputado na sua autonomia financeira e sufocado pelas competências que assumiu em nome do bem-estar as populações e desenvolvimento do território. Tudo na razão inversa dos crescentes problemas ora ditos sociais ora ditos individuais (conforme a tônica onde queremos meter a culpa).

Estamos confrontados com a destruição do Estado Providência, das funções sociais deste, com evidentes repercussões na vida de todos e cada um.

Junto dos eleitos e dos serviços chegam cada vez mais cidadãos melhor dizendo cidadãs (são mais de 90% do total dos atendimentos)

concretas com o seu (s) problema (s) concreto (s) para os quais não têm, nem temos solução.

Para estas mulheres e homens de pouco serve evocarmos e avocarmos responsabilidades políticas, governativas, económicas e por ai adiante.

Para aquelas mulheres isso parece não interessar. Mas temos que o dizer sob pena de nós (também maioritariamente mulheres) ficarmos , não raras vez a sentir-mo- nos ora culpadas ora defendendo-nos atirando para cima da mulher que nos procurou a culpa por não gerirem bem os recursos, por não saberem tratar os filhos por não ser”empreendedoras” etc.

SubstituamosdevezaCulpaporResponsabilidade.

Contudo apesar dessa consciência, não podemos escamotear a dura realidade. Aquela que empurra o poder local para a intervenção casuística e as técnicas da área social das diferentes estruturas e serviços a desmultiplicarem-se em tempo, esforço, generosidade, empenho, não raras vezes atormentadas face á manifesta impossibilidade de resolver o problema daquela mulher, daquela família, concreta.

E lá vamos de forma consciente ou inconsciente espartilhando e compartimentando a abordagem, reduzindo-a a esquemas e grelhas de análise depurando a realidade até que o problema social, a situação social passe a caso social, e de caso passe a processo e de processo a número.

Paralela e incólume corre a responsabilidade as causas profundas das desigualdades, das violências.

Importa pois, questionar sempre o nosso Agir.

Não remetamos nós próprias os problemas e suas causas e consequências para o território individual, descontextualizando-as.

Importa saber utilizar as ferramentas de que dispomos, para compreender a realidade e compreendendo-a empreender a mudança.

Chamar as coisas pelo nome. Não ter medo das palavras. O tempo é de ação resistente, comprometida social e politicamente.

\*

Chefe da Divisão de Educação Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Santiago do Cacém



# Ações de Sensibilização

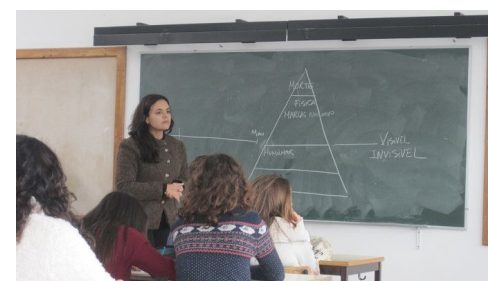
## Violência no Namoro, Igualdade de Género, Mutilação Genital Feminina, Tráfico de Seres Humanos

Durante o ano letivo de 2013/2104 o MDM e a equipa do projeto **Criar Mundos de Igualdade | Agir e Convergir para Mudar** promoveram e desenvolveram um conjunto de ações dirigidas à comunidade escolar. Enquadrado num dos eixos principais do projeto (Prevenir a Violência no Namoro (medida 5 do IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica) envolvendo

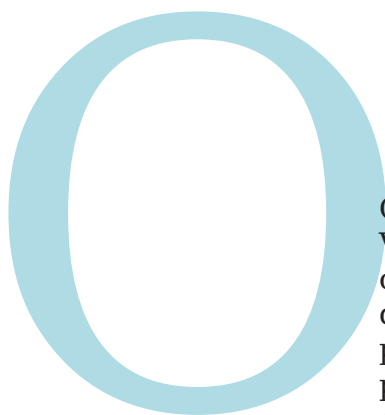
alunos/as de Escolas de Ensino Básico e Secundário) a equipa do projeto concebeu as ações de carácter dinâmico e interativo de forma a poder dialogar de forma efetiva com os alunos, sendo que de todas as ações resultaram testemunhos visuais e escritos que permitem perceber a preocupação dos jovens face à evocação das questões da violência e igualdade de género. Escolas participantes: Évora (Escola Básica Manuel Ferreira

Patrício, Escola Básica André de Resende, Escola Básica Conde de Vilalva); Estremoz (Escola Secundária Rainha Santa Isabel); Mora (Escola Básica e Secundária); Grândola (Agrupamento de Escolas N.º 1 de Grândola); Reguengos de Monsaraz (Escola Secundária Conde de Monsaraz) E Vendas Novas (Escola Secundária de Vendas Novas).

ATIVIDADES	CONTEÚDOS	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
 <p><b>ESTICAR A CORDA</b></p>	<p><b>Violência no Namoro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.Afetos e Relações Interpessoais;</li> <li>.Reconhecimento de relações de namoro abusivas/saudáveis;</li> <li>.Literacia emocional;</li> <li>.Saúde Sexual e Reprodutiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Refletir sobre a importância da preservação do espaço pessoal de cada membro da relação;</li> <li>.Alertar para diferentes formas de violência no namoro, gravidade das consequências desta questão e promover estratégias de combate à violência;</li> <li>.Informar sobre os recursos de apoio disponíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Role-Play/ Dinâmica;</li> <li>.Debate/ Laboratório de ideias;</li> <li>.Oficina gráfica de objetos de sensibilização.</li> </ul>
 <p><b>A/O</b></p>	<p><b>Igualdade de Género</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.Promoção da igualdade entre homens e mulheres;</li> <li>.Empoderamento das mulheres;</li> <li>.Igualdade de Oportunidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Reconhecer a assimetria entre mulheres e homens em cargos de exercício de poder e de tomada de decisão;</li> <li>.Discutir as razões que contribuem para a desigualdade;</li> <li>.Refletir sobre ações que possam favorecer uma posição de paridade nos lugares de exercício de poder e de tomada de posição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Exercício prático em grupo;</li> <li>.Divulgação de dados estatísticos;</li> <li>.Laboratório de ideias.</li> </ul>
 <p><b>(STOP) MGF</b></p>	<p><b>Mutilação Genital Feminina (MGF)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.MGF enquanto ato de violência com base no género;</li> <li>.II Programa de Ação para a Eliminação da MGF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Dar a conhecer alguns fatos sobre a mutilação genital feminina no Mundo e em Portugal;</li> <li>.Refletir sobre ações que possam prevenir e combater esta realidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Visionamento de vídeo;</li> <li>.Partilha de informação;</li> <li>.Mapa de conceitos;</li> <li>.Laboratório de ideias.</li> </ul>
 <p><b>ROMPER SILENCIOS</b></p>	<p><b>Tráfico de Seres Humanos (TSH)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.Definição e causas;</li> <li>.Formas de TSH- o Tráfico de Mulheres e Meninas;</li> <li>.II Plano Nacional contra o TSH.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Dar a conhecer alguns fatos sobre o tráfico de seres humanos no Mundo e em Portugal;</li> <li>.Refletir sobre ações que possam prevenir e combater esta realidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>.Sessão de informativa com membros do projeto Tráfico de Mulheres - Romper Silêncios;</li> <li>.Debate</li> </ul>



# O Agir local sobre um problema global: A Parceria como modelo de intervenção na Violência Doméstica



O IV Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (2011-2013) contém orientações para a definição de ações que têm como objetivo prevenir a violência doméstica e proteger e apoiar as vítimas deste crime. O Plano (em vigor até ao final deste ano) reconhece a necessidade de consolidar a intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

Para além deste instrumento nacional, o Manual de Recursos das Nações Unidas (2003), em que se preveem as estratégias de combate à violência doméstica refere que, para pôr fim a este tipo de violência, terá que se recorrer a um conjunto de ações concertadas entre governos, instituições de cariz social e profissionais das mais variadas organizações.

Do ponto de vista da intervenção sobre a violência doméstica cada vez mais organizações optam por conjugar uma intervenção (direta) com vítimas e/ou com agressores, atuando no plano individual, com uma intervenção (indireta) nas comunidades, atuando no plano das relações interinstitucionais e no plano das relações políticas, exercendo pressão por meios legítimos sobre quem tem a capacidade e a responsabilidade na tomada de decisão.

Assim se tem vindo a definir um campo novo na prestação de serviços - envolvendo trocas entre serviços generalistas (como serviços de saúde, justiça,

educação), serviços especializados (como centros de atendimento a vítimas, projetos de intervenção com agressores, casas-abrigo, entre outros) e entre profissionais com formação diferente e integrados em organizações de natureza diversa (principalmente serviços da administração pública e organizações não-governamentais). Na maior parte das vezes é no âmbito local, isto é, ao nível das comunidades, que estes serviços operam.

Os fundamentos para o desenvolvimento de uma resposta comunitária coordenada às situações de violência doméstica são de ordem pragmática. Em primeiro lugar é fundamental o reconhecimento de que um caso envolve múltiplas necessidades. Em segundo lugar é essencial assumir que cada caso é um caso e não existem respostas universais. Em terceiro lugar, as diferenças entre as experiências de vida das mulheres impõem respostas plurais com flexibilidade na prestação de serviços e de apoio. Em quarto e último lugar é fundamental coordenar respostas fragmentadas à violência doméstica.

A Rede tem sido a imagem mais usada para representar mentalmente este conceito. As entidades, dispostas em rede, comunicam entre si numa base horizontal. Isto significa que nenhuma entidade assume protagonismo perante as demais e que cada uma tem responsabilidade de colaborar participando e envolvendo as restantes num



*Dália Costa\**



*As parcerias permitem dar à violência doméstica uma resposta comunitária coordenada na medida em que as diferentes organizações atuam de forma concertada, solidária e numa relação horizontal (...)*

processo de colaboração participada e ativa. Por se considerarem parceiras entre si, estas entidades integram uma parceria.

A Parceria é um processo que faz parte de uma estratégia de intervenção holística, isto é, global e compreensiva para ter capacidade para abranger o fenómeno social na sua diversidade e complexidade e integrada, isto é, com vários agentes sociais, pertencentes a diferentes setores de atividade e com natureza jurídica distinta.

A finalidade é compor um encadeado de instituições e de pessoas (profissionais) que formem uma cadeia sem lacunas ou vazios na intervenção. A parceria permite combinar e coordenar atividades e recursos (humanos, financeiros e administrativos) com o objetivo de prestar serviços (sociais e humanos) mais compreensivos, coerentes e adequados às necessidades e às expectativas das pessoas respeitando os seus direitos.

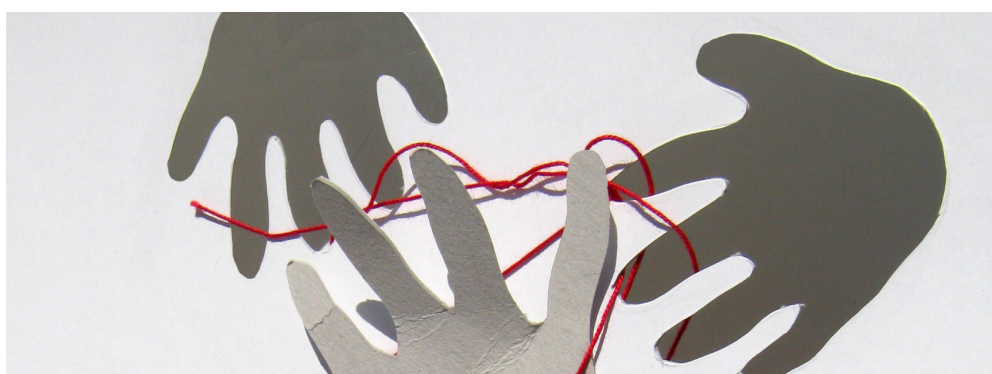
Só por si, as parcerias não resolvem problemas sociais mas, em si mesmas, constituem poderosos instrumentos de mudança nos modos de intervir e identificar prioridades na

ação, logo, contribuem para a estratégia de intervenção coordenada, de base local ou comunitária e orientada para a resposta às situações de violência doméstica.

Entre as vantagens da intervenção em parceria destaca-se a redução da (re) vitimização, com diminuição da exposição da(s) vitima(s) a diversos serviços e profissionais (sobretudo atendendo a que a(s) pessoa(s) por vezes têm que explicar a sua situação a profissionais não especializados no apoio, como por exemplo profissionais administrativos e/ou de empresas que garantem a segurança de serviços públicos).

Em segundo lugar, a redução da (re) vitimização também é procurada através da redução da exposição da(s) vitima(s) a ambientes sentidos como ameaçadores, proporcionando-lhes um ambiente confortável, securizante e acolhedor e um contacto com profissionais habilitados para compreenderem a situação em que se encontra

Para além destas vantagens ligadas à intervenção em parceria vale a pena mencionar também vantagens mais de ordem organizacional. Entre estas destacam-se o aumento da



quantidade e da diversidade de profissionais com formação e/ou com experiência na intervenção em violência doméstica e o aumento da diversidade de respostas (institucionais e de formação especializada) permitindo integrar respostas (altamente) especializadas: desde a intervenção em crise até ao acompanhamento da situação após a intervenção (follow-up). A partilha de saberes (conhecimento) e partilha de experiências (produzindo conhecimento de base empírica ou evidence based knowledge) ligados à informação sobre o que os outros fazem e sobre o modo como fazem, incluindo os modelos e métodos de ação e os resultados que alcançam. Ainda, a existência e manutenção de canais de comunicação abertos assegurando ligações diretas a outras organizações e/ou profissionais. O inter-relacionamento assente no conhecimento pessoal dos interlocutores institucionais, por si só favorece e facilita a comunicação.

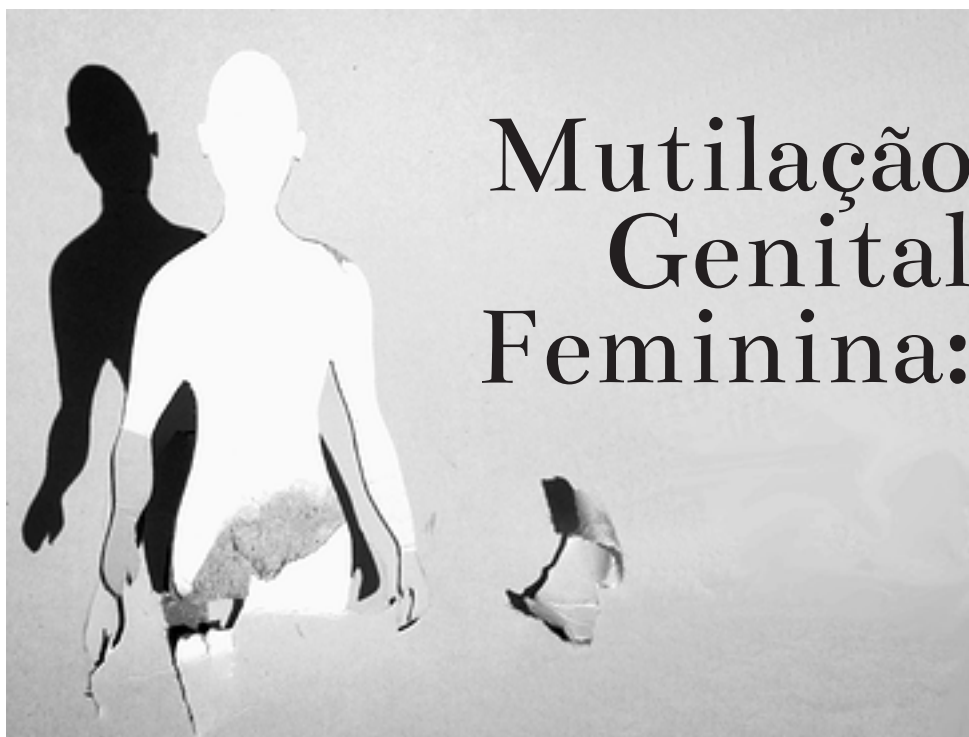
Este modelo de intervenção é muito apelativo e tem sido

bastante incentivado quer por organismos políticos internacionais e nacionais, quer pela literatura especializada na matéria. Não obstante, é importante reconhecer que o desenvolvimento de parcerias tem que lidar com alguns obstáculos. Ainda que a maior parte destes obstáculos varie em função do contexto sociocultural e organizacional (institucional), vale a pena identificá-los para que se torne mais fácil lidar com os mesmos. Os principais obstáculos e os que de forma mais genérica se verificam em praticamente todas as experiências (documentadas) de parcerias para lidar com situações de violência doméstica são a cultura organizacional, muitas vezes resistente à abertura de canais de comunicação com outros, na maior parte por receio de exposição a crítica; a existência de uma estrutura organizacional demasiado hierarquizada e/ou assente em procedimentos burocrático-administrativos, muitas vezes ligada a organismos da administração pública – central e/ou local;

a insuficiência de recursos, incluindo recursos materiais (tecnológicos, financeiros) e/ou humanos e tempo; a falta de motivação das pessoas (profissionais), por vezes ligada aos obstáculos mencionados mas também ligadas a condições de trabalho incluindo a retribuição salarial.

As parcerias permitem dar à violência doméstica uma resposta comunitária coordenada na medida em que as diferentes organizações atuam de forma concertada, solidária e numa relação horizontal - em que o que determina o peso da ação de cada um é a intervenção na situação de violência em causa e não o seu prestígio, estatuto ou outro atributo institucional. Na prática impede-se que os protagonismos emerjam sobrepondo-se à ação e controla-se a ascendência de umas organizações sobre outras.

\*  
Professora Auxiliar no Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa



# Mutilação Genital Feminina:

Uma  
violência  
entre tantas  
sobre as  
mulheres.

A mutilação genital feminina (MGF) define-se como qualquer procedimento que envolva a remoção parcial ou total dos órgãos genitais externos da mulher ou criança ou que provoque lesões nos mesmos por razões não médicas. Nem todos os procedimentos são iguais e segundo a OMS são classificados em 4 tipologias que em acções de formação ou sensibilização devem ser tidas em conta uma vez que têm gravidade diferente. Segundo as várias tradições são removidos o clítoris ou os lábios vaginais. Uma das práticas de maior gravidade – chamada infibulação – consiste na costura dos lábios vaginais ou do clítoris, deixando uma abertura pequena para a urina e a menstruação. É uma prática que põe em causa o direito à sexualidade da mulher, limita-a no direito ao prazer, e pode levar à morte de raparigas de todas as idades.

A MGF é levada a cabo em várias idades, desde depois do nascimento até à primeira gravidez, tendo a maioria lugar entre os quatro e oito anos e provoca danos físicos,

psicológicos e desenvolvimento psico-sexual irreversíveis.

A mutilação genital feminina (MGF) é vista pelas organizações internacionais dos direitos das mulheres como uma grave violação dos direitos humanos, estimando-se que cerca de 140 milhões de mulheres, raparigas e crianças em todo o mundo sejam vítimas dessa prática

“Trata-se de uma violação dos direitos humanos fundamentais e de uma violação da integridade e da personalidade das mulheres e raparigas.”

nefasta e que 3 milhões estejam anualmente em risco de vir a sofrê-la, segundo a Organização Mundial de Saúde.

Trata-se de uma violação dos direitos humanos fundamentais e de uma violação da integridade e da personalidade das mulheres e raparigas. Os atos que integram esta prática nefasta foram criminalizados em Portugal aquando da revisão do Código Penal de 2007 e mais tarde pela Convenção de Istambul aprovada pelo

conselho da Europa, ratificada em Portugal em 2013, pela Assembleia da República.

Psicólogos e sexólogos consideram que este assunto deve ser discutido como um problema de saúde pública entre todas as culturas, inclusivamente, aquelas onde se pratica. A informação e a criação de estratégias integradas acompanhadas de programas educativos e de organização de campanhas de sensibilização nacionais e internacionais devem tornar-se uma realidade no combate a esta prática, num profícuo diálogo intercultural.

O MDM intervém nesta área, particularmente em parceria com associações de mulheres dos países em que esta prática é mais generalizada, muitas delas vivendo em Portugal, atuando na informação para a prevenção dos comportamentos, mormente das mães e avós, em quem radicam muitas vezes tradições e costumes que justificam ancestralmente as suas actuações. O MDM reconhece a importância dos profissionais de saúde e dos serviços de

obstetrícia e ginecologia, na observância das consultas regulares para crianças e jovens oriundas dos países que são mais sensíveis a estas práticas. Há que denunciar as práticas e ofensas à integridade e dignidade das mulheres bem como evitar todas as suas consequências.

O dia 6 de Fevereiro é o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. Foi escolhido para denunciar esta prática que ainda existe em pelo menos 28 países de África e do Médio Oriente, mas também na Ásia e em comunidades

emigrantes na Europa, América do Norte e Austrália.

**Existem Tratados Internacionais que visam a protecção das mulheres da MGF, que proibem estas práticas e que importa conhecer. Muitos carecem ainda da ratificação nos vários países para terem valor prático e daí a importância da luta também neste campo normativo e legal.**

Nomeadamente, referimo-nos aos seguintes:

**O Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos**

**O Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**

**A Convenção sobre os Direitos da Criança**

**O Protocolo Facultativo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os direitos da Mulher**

**A Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança.**

## Contactos úteis



### **APF Alentejo**

Bairro Cruz da Picada lote 46 cave-frente  
7000-772|Évora

TLF 266785018 | Tlm: 918654106

apf.sostsh.alentejo@gmail.com | apfalentejo@sapo.pt

### **EME TSH Alentejo**

Equipa Multidisciplinar Especializada para  
Assistência a Vítimas de Tráfico



### **Núcleo Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Évora**

Av. Combatentes da Grande Guerra,  
nº2 7005-138 Évora

**Telefone:** 266 739 890 **Telemóvel:** 966 026 774  
nav.evora@gmail.com



O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) é uma associação de mulheres, fundada em 1968. Assume-se como movimento de opinião e de intervenção que valoriza o legado histórico dos movimentos de mulheres que lutaram contra a opressão e as desigualdades entre mulheres e homens, defenderam e defendem os direitos das mulheres nas suas vertentes políticas, sociais, económicas e culturais e de direitos humanos.

O MDM é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos, independente do Estado, de partidos políticos e de religiões, cujo objectivo central é a luta pela emancipação das mulheres, pela paz e pela dignidade humana o que é indissociável da luta pela construção de uma sociedade de igualdade, democracia, justiça social e desenvolvimento.

---

## 9º Congresso MDM *PELOS DIREITOS E DIGNIDADE DAS MULHERES*

---

A URGÊNCIA DE LUTAR

**POR ABRIL**

.....  
25.10.2014

FORUM LISBOA

(Avenida de Roma – Lisboa)

[www.mdm.org.pt](http://www.mdm.org.pt)

Av. Almirante Reis, 90 – 7A

1150-022 Lisboa

Telefone: 21 815 33 98

Telemóvel: 92 599 33 33 / 96 643 25 60

[geral@mdm.org.pt](mailto:geral@mdm.org.pt)



REVISTA  
1

Movimento Democrático de Mulheres  
-Núcleo de Évora-  
PROJETO CRIAR MUNDOS DE IGUALDADE  
AGIR E CONVERGIR PARA MUDAR

RUA DE MACHEDE, Nº 53 A 7000-864 – ÉVORA  
TL:266 707 171 | TLM: 967 840 360  
mdmevora@hotmail.com

